

**A ESCOLA NA CIDADE: A CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES  
EM UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉC. XX\***

*School in the city: the creation of school institutions in Uberlândia,  
Minas Gerais in the first half of the 20<sup>th</sup> century*

Giseli Cristina do Vale Gatti\*\*  
Geraldo Inácio Filho\*\*\*  
Décio Gatti Júnior\*\*\*\*

**RESUMO**

Trata-se da comunicação de reflexões sobre a relação entre urbanização e escolarização a partir do exame dos resultados de investigações que tomaram como objeto as instituições escolares mais antigas da cidade de Uberlândia, criadas e em funcionamento desde as primeiras décadas do Séc. XX. Em Uberlândia, maior cidade na atualidade da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em Minas Gerais, o processo de urbanização e escolarização é recente, datado do início do Séc. XX, com a criação do Gymnásio Mineiro de Uberabinha em 1912, por iniciativa da sociedade civil; seguido do Grupo Escolar Bueno Brandão, em 1915, por iniciativa estatal, bem como do Colégio Nossa Senhora das Lágrimas, em 1932, por intermédio da Igreja Católica. Processo de escolarização que coincide com o de urbanização, estruturação política, econômica e cultural da cidade na região. Nesse sentido, o exame da história particular dessas primeiras instituições escolares buscou apanhar o papel central que a cultura escolar nelas disseminada teve no longo e complexo processo de negação da ruralidade e dos arranjos educacionais então existentes, em vista da proposição de uma escolarização dos comportamentos e dos saberes urbanos entre seus alunos. As fontes incluíram a bibliografia pertinente (dissertações, livros escritos por historiadores e memorialistas); artigos que abordam a questão da história local e regional; a documentação impressa, manuscrita e iconográfica existente nos arquivos da escola, no arquivo público municipal, no Centro de Documentação em História da UFU e em diversos arquivos particulares; documentos construídos por meio da recolha de depoimentos orais junto a antigos dirigentes, professores e alunos (concluintes e que evadiram).

**Palavras-chave:** História da Educação, História das Instituições Escolares, Escolarização

**ABSTRACT**

This study is a reflection on the relationship between urbanization and schooling based on an examination of the results of investigation that had as its object the oldest school institutions in the city of Uberlândia, Minas Gerais, Brazil created and functioning since the first decades of the 20<sup>th</sup> Century. In Uberlândia, currently the largest city in the Minas Triangle and Upper Paranaíba Region in Minas Gerais, the process

\* Versão ampliada e revisada do trabalho apresentado na comunicação coordenada “Tempo de cidade, lugar de escola e de cultura no espaço Portugal-Brasil: dinâmicas institucionais, axiológicas, culturais, simbólicas e de formação de professores”, coordenada pela Profa. Dra. Eurize Caldas Pessanha, da Universidade Federal de Mato Grosso, no VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado em Uberlândia, Minas Gerais, no período de 17 a 20 de abril de 2006.

\*\* Mestre e doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Contatos: giseli@faced.ufu.br.

\*\*\* Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor de História da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Contatos: gifilho@faced.ufu.br.

\*\*\*\* Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor de História da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Contatos: degatti@ufu.br

of urbanization and schooling is recent, dating from the beginning of the 20<sup>th</sup> Century with the founding of the *Gymnásio Mineiro de Uberabinha* in 1912, through the initiative of civil society. This was followed by the *Grupo Escolar Bueno Brandão* in 1915 through state initiative, as well as the *Colégio Nossa Senhora das Lágrimas* in 1932 by the Catholic Church. The process of schooling coincides with the process of urbanization and the political, economic and cultural establishment of the city in the region. In this sense, the examination of the specific history of these first school institutions sought to grasp the central role that the school culture that permeates them had in the long and complex process of denying rural culture and the educational arrangements then in existence for the purpose of schooling urban behavior and knowledge among the students. Sources included the pertinent bibliography (dissertations, books written by historians and authors of memoirs); books that treat the question of local and regional history; printed, handwritten, and iconographic documentation which exists in school archives, in municipal public archives, in the Center of Documentation of History at UFU and in various private archives, and in documents constructed through collecting oral testimony from former directors, teachers and students (those who concluded and those who dropped out).

**Keywords:** History of Education, History of School Institutions, Schooling

### Introdução

O nascimento do empreendimento de escolarização em massa entre os séculos XVIII e XIX esteve ligado à visão de uma “escola produzida como a instituição capaz não apenas de instruir e educar a infância e a juventude, mas de produzir um país ordeiro, progressista e civilizado” (FARIA FILHO, 2002, p. 24).

Soma-se a isso a permanência da idéia dessa escolarização como um processo associado ao de monopolização dos saberes elementares pelo Estado, como continuidade do processo de civilização, ou seja, de tornar civil o bárbaro (VEIGA, 1997). Simultaneamente ganhou corpo em toda Europa o processo de constituição das cidades, no qual o lugar da cultura escrita foi tomado como o suporte fundamental da palavra, da organização do pensamento, ou mesmo como instrumento de administração e poder, por meio dos cadastros, registros etc. (MAGALHÃES, 2001).

De fato, o nascimento e a expansão das cidades geraram um lugar marcado pela ‘desordem’, para o que houve uma resposta do poder social, do Estado, no sentido da elaboração de um discurso e uma ação de urbanização e higienização nas cidades, sendo que a escola teria um papel importante nesse processo (FARIA FILHO, 1997).

Entre o mundo rural e a cidade se estabelecem diferenças significativas, pois, de um lado, a cidade traz consigo a escola, na qual o tempo, a semelhança da indústria e do comércio, é cronometrado, bem como o conteúdo cultural é selecionado pelo foco de poder que substituiu à Igreja — o Estado. Por outro lado, o mundo rural era demarcado por uma noção de tempo ligada às tarefas a serem realizadas e a cultura tinha como expressão manifestações tipicamente rurais, nas quais o poder da Igreja, dos santos, etc. tiveram permanência mais longa.

Ainda nesse sentido, a cultura escolar, disseminada em uma cidade em processo de urbanização e modernização, discursiva e física, tem a função de deixar patente a superioridade do progresso e da ação humana sobre a natureza.

Nesse sentido, as pesquisas sobre a gênese e a história dos grupos escolares no Brasil vêm mostrando como a reunião de escolas isoladas foi aclamada como uma fórmula mágica para resolver os problemas do ensino primário (SOUZA, 1998, p. 39). No início do Brasil republicano, as escolas isoladas deveriam ceder lugar, tanto na memória como na realidade espacial, para os grupos escolares, mais racionais e abrangentes (FARIA FILHO, 1997). Nessa ótica, o papel dos docentes, professoras e professores, ganhariam especial relevo na constituição moral, na formação das novas gerações.

Se os grupos escolares simbolizavam o projeto republicano de escola de massas que papel coube aos colégios secundários que se instalaram na Europa e no Brasil desde o início da época moderna e que no caso brasileiro permaneceram com poucas modificações até a Lei 5692 de 1971.

O ensino secundário, atual segundo segmento do Ensino Fundamental, constituído no Brasil desde os colégios dos jesuítas; passando pelo Império, cujo modelo do Imperial Colégio de Pedro II cristalizou-se; até o período republicano, teve como característica principal ser o lugar do “ensino de formação básica da elite” (NUNES, 2000, p. 35-6).

De fato, por meio do exame de admissão que marcou época, o ingresso no ensino secundário atestava a pertença de alguns jovens a classe social dirigente e possibilitava aos jovens de classe social mediana uma perspectiva consistente de ascensão social.

Originado no Séc. XVI, os colégios tiveram sua origem vinculada ao ensino universitário. Eram, nesse sentido, disciplinadores dos espíritos dirigentes que alcançariam à universidade. Neles inauguram-se a divisão em classes, os horários e mesmo a divisão do ensino em matérias/disciplinas.

Clarice Nunes (2000, p. 37), a partir de André Petitat, demarca quatro inovações importantes contidas na origem dos colégios, a saber: 1) Inovação quanto ao **espaço**, com a passagem do ensino ministrado em locais dispersos e mantidos pelos professores para um prédio único com diversas salas de aula e com rebatimentos explícitos na necessidade de controle, racionalização, planificação de estudos, estruturas de vigilância e de gestão centralizada; 2) Inovação quanto ao **tempo**, com a passagem do planejamento das atividades cotidianas para o planejamento do conjunto do ensino, com gradação e divisão das matérias; 3) Inovação quanto à **seleção dos aspectos sócio-culturais**, com a mudança nos programas de ensino centrados na lógica e dialética para um voltado as belas letras; 4) Inovação quanto à **estrutura de poder**, com o fim da autonomia dos senhores e das cidades e a passagem ao poder central do Estado.

Esses elementos constitutivos dos colégios são componentes de uma cultura que se materializa na Modernidade e que enreda a cultura escolar em sua oposição ao mundo rural e a edificação de um mundo urbano com uma nova ordem de saberes, fundamentados em uma nova linguagem: a escrita.

Nessa direção, seja nos países europeus ou no Brasil, houve inicialmente um papel central das congregações religiosas no ensino secundário, mas o advento do liberalismo e da formação dos Estados Nacionais traria para o Estado o papel de direção desses estabelecimentos de ensino. Nesse processo, os professores, verdadeiros instituidores da ordem moral pública, passariam de sacerdotes do cristianismo (católicos e protestantes) a sacerdotes da pátria (nacionalismo).

Historicamente, o período colonial brasileiro, marcado pela ação dos jesuítas em seus colégios e na preparação das elites coloniais para o acesso as universidades desses mesmos jesuítas, especialmente em Évora e Coimbra, consolidou um secundário dedicado ao ensino de humanidades de um lado e a catequese de outro.

No Império e mesmo na República, consolidou-se uma divisão entre a função civilizadora do ensino primário e de formação de elites dirigentes no ensino secundário. Segundo Clarice Nunes (2000), ao tratar do ICPII, os “investimentos materiais e humanos nesse colégio, tanto no Império quanto na República, se é possível sintetizar sem simplificar, foram fruto da concepção de que a força da instrução popular era efeito da cultura das classes superiores da sociedade” (p. 40).

Nessa direção Selma Rinaldi Mattos (2000), ao abordar o ensino ministrado no ICPII, caracteriza-o como tendo os objetivos de ordenar, civilizar e instruir o povo, demonstrando

*[...] como o exercício de uma direção conservadora pelos dirigentes imperiais impôs as ações de ordenar, civilizar e instruir e de [...] compreender o papel desempenhado por uma Instrução Pública — isto é, das instituições escolares, dos professores e dos manuais escolares — na formação do Povo e na constituição da classe senhorial (p. 5).*

Este processo de ordenação promovido pelo Estado Imperial significou a elaboração de legislação política que abrangia vários setores da vida social entre os quais a escola, com medidas concretas entre 1824 e 1854. Para Mattos,

*[...] este esforço legislativo visando a organização de uma Instrução Pública objetivava também retirar do governo da Casa o monopólio da educação que exercia por meio dos capelães e tios sobre aqueles que viviam no interior das propriedades rurais; um resgate que, importa lembrar mais uma vez, objetivava dirigir o governo da Casa em proveito dele próprio, quebrando os seus particularismos e isolamento, e elevando os seus componentes a uma concepção de vida estatal. (2000, p. 40)*

Ao processo de ordenar juntava-se o de civilizar, como exercício concreto de instruir o povo nas artes e ciências com o objetivo de alcançar a prosperidade moral e material. Para o que a criação dos cursos jurídicos, em 1827; dos cursos médicos, em 1832; do ICPII, em 1837; do IHGB, em 1838 consolidavam este caráter civilizador sobre a boa sociedade.

O IHGB em especial tinha “[...] por fim coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil; assim também em promover o conhecimento destes dois ramos filológicos por meio do ensino público” (Mattos, 2000, pp. 43-4), o que se efetivaria, em grande medida, pela publicação, em 1854, da **História Geral do Brasil** de Varnhagen e pela publicação, entre 1861 e 1863 das **Lições de História do Brasil** de Macedo. De fato, o período imperial assinalava o nascimento e a valorização do livro e das livrarias, com o surgimento de “novo conjunto de intelectuais, não submetidos ao poder da Igreja: os dirigentes imperiais, sendo que a eles caberia afirmar o primado da ordem civil”. (Mattos, 2000, p. 47).

Desse modo, a instrução pública passou a ser vista pelo Império Brasileiro como o lugar para disseminação de um projeto político de poder, por meio da educação, mas não sem a percepção pelas autoridades imperiais dos problemas para efetivação desse projeto decorrentes do despreparo do professores, da falta de manuais e mesmo do fracasso do método lancasteriano.

Quanto aos professores estes deveriam “[...] instruir os cidadãos, difundir as Luzes, impor uma disciplina, fortalecer o sentimento patriótico e velar pelos preceitos morais” (MATTOS, 2000, p. 53). Para tanto, a ação do Estado Imperial levou, por exemplo, a criação das Escolas Normais (Niterói, 1835; Bahia, 1836; São Paulo, 1846). Por seu turno os manuais teriam que ter como parâmetro evitar que idéias perigosas chegassem ao espírito débil da juventude.

Depreende-se desse quadro geral uma forte permanência de um projeto do governo imperial no que diz respeito à instrução pública, especialmente no que tange ao ensino secundário que, a partir da República terá uma comunicação institucionalizada com o ensino de primeiras letras e não apenas com o ensino superior. Ainda assim, a reforma Capanema (1942-6), consagraria a dualidade do ensino, vinculando o ensino primário ao profissional e o secundário ao superior. A esse respeito, Nunes (2000) salienta que

*[...] a função do ensino secundário [...] era oferecer uma sólida cultura geral, apoiada sobre as humanidades antigas e modernas, com o objetivo de preparar as individualidades condutoras, isto é, os homens que assumiram maiores responsabilidades dentro da sociedade e da nação [...] (p. 40).*

Quando a República passou a reger o país tornou-se necessário discutir questões político-educacionais, uma vez que não era possível trabalhar sem uma política que não estivesse centrada numa idéia de educação nacional. Essa idéia de educação nacional foi formulada na Europa no início do século XIX.

O Estado de Minas Gerais mostrou-se muito preocupado em transformar essa idéia em realidade. Nas atas da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, é possível perceber a temá-

tica da democracia, a formação da civilidade, a modernização da educação, a formação do cidadão, a defesa da educação pública e obrigatória, a necessidade da moralização pública (civismo) e o conseqüente papel que cabe à educação sob o patrocínio do Estado (GATTI JR. E OUTROS, 1997: 13).

### Escolarização em Uberlândia

Na região do Triângulo Mineiro o ensino desponta com características de sistema privado até a década de 1940. Além de o ensino privado ter chegado primeiramente, ele se destaca também por estar vinculado a um sistema de ensino confessional. No processo de implantação de escolas na região do Triângulo Mineiro cabe destacar algumas consideradas de suma importância para o desenvolvimento educacional da região.

Uberlândia está localizada na parte norte da região do Triângulo Mineiro. A cidade, antigamente denominada São Pedro de Uberabinha, foi criada pela Lei nº 602 de 21 de maio de 1852. A primeira capela foi edificada no ano de 1853 e foi dedicada a Nossa Senhora do Carmo, tendo como provedor, administrador e zelador o Sr. Felizberto Alves Carrejo, membro de uma das primeiras famílias a chegar a esta cidade. Em 7 de junho de 1888, pelo Decreto Lei nº 51, São Pedro de Uberabinha foi elevada à categoria de vila.

Nesse mesmo ano, em 31 de agosto, o arraial passou a categoria de município. Ao tornar-se município autônomo, a cidade passou por uma série de melhorias e a sua urbanização correu em ritmo acelerado. Entre essas melhorias ocorridas no município cabe citar a criação da estrada de ferro, o telégrafo, o cinematógrafo no Teatro São Pedro e o sistema de água potável. Nesta época, a área da cidade girava em torno de 1.100 quilômetros quadrados e a sua população estava calculada em torno de 5.000 pessoas (GATTI, 2001, p. 49).

O antigo nome da cidade, São Pedro de Uberabinha, foi dado em homenagem a dois rios que cortavam a cidade, o Ribeirão São Pedro e o Rio Uberabinha. O atual nome Uberlândia vem do latim “uber” que significa “fértil”, e “land” do germânico que quer dizer “terra, país, cidade”.

A instrução na cidade de Uberlândia foi uma preocupação de seus habitantes, principalmente por parte da família Carrejo. Por isso mesmo a primeira escola primária de Uberlândia foi instalada em 1835, por Felizberto Alves Carrejo, em sua própria residência, na fazenda da Tenda, local denominado “Povoado dos Carrejos”.

A partir de então se iniciou a expansão escolar com a fundação da primeira escola provincial pública do distrito de São Pedro de Uberabinha que foi instalada, em 1860, pelos professores Antônio Maximiano Ferreira Pinto e D. Honorata Cândida de Paiva Pinto.

Em 13 de novembro de 1891, pela Lei nº 11 o distrito foi elevado à categoria de comarca de São Pedro de Uberabinha e, no ano seguinte, em 24 de maio de 1892, pela Lei nº 23, todas as vilas-sedes de comarcas foram elevadas à categoria de cidade. Com a elevação à categoria de cidade São Pedro de Uberabinha passou a ser conhecida apenas por Uberabinha. No processo de desenvolvimento da cidade de Uberabinha, a inauguração da Estação de Estrada de Ferro Mogiana, em 21 de dezembro de 1895, é fato extremamente importante, pois que contribuía para que a cidade pudesse tornar-se eixo de circulação no futuro próximo. O primeiro jornal da cidade foi lançado em 17 de janeiro de 1897 com o título de “A Reforma”, sob a direção de seu próprio proprietário, Sr. João Luiz da Silva. Em 14 de novembro de 1899 foi inaugurado primeiro telégrafo da cidade, sob a direção local do telegrafista Luiz M. Nunes Filho.

O primeiro estabelecimento de ensino secundário da cidade foi o Colégio Uberabinhense, inaugurado em 5 de julho de 1897, e dirigido pelo professor Jerônimo Teotônio de Moraes. No ano de 1902, foi fundado o Externato Carvalho sob a direção de João Basílio de Carvalho, estabelecimento direcionado ao ensino primário. Em 1907, deu-se a fundação do Externato Carvalho de Brito dirigido pelo professor Leôncio do Carmo Chaves de Brito, também destinado ao ensino

primário. Ainda no mesmo ano foi fundado também o Colégio Bandeirante dirigido pelo professor José Félix Bandeira. Em 1908, foi instalado o Colégio Mineiro sob a direção de José Avelino.

Em 1º de janeiro de 1908 foi empossada a primeira diretoria da Santa Casa de Misericórdia, que foi criada por iniciativa do provedor eleito Custódio da Costa Pereira, do Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa e do Major José Gonçalves Valim Pirai. A primeira ponte suspensa da cidade foi construída sobre o rio Paranaíba, ligando Minas Gerais a Goiás e foi inaugurada pelo governo federal em 15 de novembro de 1909, o que novamente contribuiria para que a cidade se tornasse futuramente um promissor eixo de circulação comercial. A primeira casa de diversões da cidade foi inaugurada por Custódio da Costa Pereira, em 28 de novembro de 1909, com a denominação de Cine Teatro São Pedro. O serviço de energia elétrica foi inaugurado em 24 de dezembro de 1909, com a denominação de Companhia Força e Luz de Uberabinha. A Empresa Telefônica de Uberabinha foi inaugurada em 29 de novembro de 1910, quando a Câmara Municipal da cidade assinou um contrato de privilégio para exploração das vias telefônicas durante vinte e cinco anos, tendo como explorador o Sr. Carmino Coelho. Ainda em 1910, foi inaugurado o primeiro serviço de abastecimento de água potável, obra executada pelo então Presidente e Agente Executivo Municipal, o Major Alexandre Marquez.

Em visita à cidade de Uberabinha, o Presidente do Estado, Dr. Júlio Bueno Brandão, prometeu destinar verbas para a construção do primeiro grupo escolar da cidade, fato ocorrido em 5 de maio de 1911, sendo que em 1º de fevereiro de 1915 em uma grande solenidade foi instalado o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, que foi dirigido por Honório Guimarães de 1915 a 1920.

### O Ginásio de Uberabinha

Em 1912, em Uberabinha, a discussão sobre a criação de um estabelecimento de ensino secundário, era um assunto que merecia destaque, pois o intuito era favorecer a expansão do setor educacional. Nesse sentido, artigo publicado no ano de 1912 pelo Jornal *O Progresso* enfatizava que “a ignorância é a pior desgraça que pode vitimar uma população” (*O PROGRESSO*, 1912, p.01)”. Como resposta a esse tipo de assertiva é que, no mesmo ano, nascia o “Gymnásio de Uberabinha”, instituição privada dirigida pelo Sr. Antonio Luiz da Silveira.



Figura 1 – Alunos e Professores na primeira sede do *Gymnásio Mineiro de Uberabinha* (Acervo CDHIS/UFU)

Naquela época, esse estabelecimento de ensino oferecia os cursos ginásial e comercial com um sistema de internato, semi-internato e externato. Desde sua gênese, a escola se autoproclamava um dos mais importantes estabelecimentos de ensino da cidade, conforme se depreende

do texto do anúncio publicado em jornal local e reproduzido a seguir: *O Ginásio de Uberabinha recebe meninos e meninas, preparando-os para a vida em uma das melhores academias do Paiz, que dispõe de um selecto corpo docente* (A NOTÍCIA, 1918)

Até então, a maior parte dos estabelecimentos de ensino particular funcionava em residências, espaço pouco adequado, pela falta de comodidade. O Ginásio de Uberabinha também iniciou suas atividades funcionando em espaço precário. Motivados então pela necessidade de superação dessa precariedade e pelo interesse em ganhar experiência na construção de prédios escolares, um grupo composto por personalidades de grande importância para a cidade, tais como Arlindo Teixeira, Tito Teixeira, José Nonato Ribeiro, Antonio Resende, Custódio Pereira, Carmo Gifoni e Clarimundo Carneiro angariou fundos na cidade para construir sede própria da escola, em um local onde se pudesse abrigar muitos estudantes durante várias gerações.

Em 1918, iniciou-se a construção e, em 1921, a obra estava concluída. Em seguida, os sócios da empresa construtora entregaram o novo prédio ao então diretor do Ginásio Mineiro o Sr. Antonio Luiz da Silveira. Já em 1922, a escola começou a funcionar na nova sede. A escola possuía, naquela época, uma área total de 4.030 m<sup>2</sup>. O edifício construído ocupava uma área de 935 m<sup>2</sup>, com área coberta de recreio de 209 m<sup>2</sup> e a área livre de edificação de 2.886m<sup>2</sup>.(MENDES, 2000, p. 59).

O novo prédio ficava localizado em uma região central, de forma que a construção, em estilo neoclássico, era uma das principais da cidade e sua opulência visava demonstrar o prestígio e a respeitabilidade que a escola deveria usufruir no futuro. Em arquivos pesquisados na própria escola, foi possível perceber a expansão quantitativa do número de alunos. Registros encontrados, a partir de 1915, mostram o número de 34 alunos de ambos os sexos. Em 1916, foram registrados 88 alunos entre homens e mulheres. Em 1917, o ginásio contava então com 90 alunos também de ambos os sexos. Em 1928, foi encontrado um livro de matrículas onde estavam registrados 144 alunos, sendo a maioria do sexo masculino.

Nessa época, não havia exame de admissão. Para o aluno ingressar na escola bastava que sua família efetuasse sua matrícula, precisando, para tanto, que fosse apresentado apenas o comprovante de pagamento da taxas exigidas pelo ginásio, certidão de nascimento, atestado de saúde e atestado de conclusão do curso primário. Funcionando então em espaço amplo, passou a ter, inclusive, alguns anexos. A Escola de Comércio era um desses anexos, em que eram oferecidos cursos de Datilografia, Contabilidade e Taquigrafia, com duração de três anos.

No ano de 1924, a Escola de Comércio foi reconhecida pelo Governo Federal, pelo Decreto nº 3.239, com habilitações de Guarda Livros e Contador. Essa escola era filiada ao Instituto Comercial do Rio de Janeiro, sendo considerada um departamento do referido instituto, que fiscalizava os exames e conferia os diplomas aos alunos. Ainda em 1924, foi fundada outra instituição anexa, desta feita instalava-se a Escola Normal, reconhecida e equiparada à Escola Normal Oficial pelo Decreto nº 7.349, de 3 de setembro de 1926. Essa escola funcionava, nesse período, sob a direção do professor José Inácio de Souza .(MENDES, 2000, p. 67).

Houve, também, outra instituição funcionando anexa ao Ginásio, o Lyceu de Uberlândia, inaugurado em 1928, tendo como seus fundadores Antonio Vieira Gonçalves e Mario Porto. Este último ocupava, nessa época, o cargo de diretor do Lyceu.

Cabe ressaltar que os alunos, matriculados no ginásio e em seus anexos, eram filhos quase que exclusivamente de pessoas abastadas da cidade e da região, especialmente fazendeiros e comerciantes.

Tal estabelecimento de ensino, desde a sua fundação, foi considerado uma das mais importantes escolas da cidade, tendo chegado a ser classificada como escola “elitista”, justamente por ser uma escola privada, que cobrava altas taxas de matrícula e por ter em seu quadro de alunos pessoas ligadas às famílias das altas rodas da sociedade uberlandense e região e por serem seus fundadores personalidades de grande influência política.

O Ginásio de Uberabinha funcionou como instituição privada até 1928, quando o então

Senador Camilo Chaves tentou uma autorização do Presidente do Estado, Antonio Carlos de Andrada, com a finalidade de regulamentação da existência da Escola Normal oficial em Uberabinha.

Porém, em função de uma antiga rivalidade com a cidade vizinha, Uberaba, cujos representantes no Parlamento fizeram um protesto, conseguindo alterar o decreto presidencial, a Escola Normal passou para Uberaba.

Em função desse desentendimento e por sugestão do próprio Presidente que, a partir de um esforço de conciliação política, no qual houve o empenho do Senador Camilo Chaves, foi criado, por meio do Decreto nº 8.958, de 3 de Janeiro de 1929, um estabelecimento de instrução secundária oficial, que deveria estar de acordo com o programa do internato do Ginásio Mineiro de Barbacena, conforme se pode verificar no texto do referido decreto:

*Cria o Ginásio Mineiro de Uberabinha.*

*O Presidente do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o art. 57 da constituição e dando execução a lei 1.052, de 25 de setembro de 1928 resolve:*

*Art. único – Fica criado na cidade de Uberabinha, um estabelecimento de instrução secundária, organizado nos moldes e de acordo com o programa do Internato do Ginásio Mineiro de Barbacena.*

*1º – A matrícula do novo ginásio, verificar-se-á no período de 10 de abril, como dispõe o regulamento em vigor.*

*2º – Fica o Secretario do Interior autorizado a contratar os respectivos professores e aprovar sobre o seu funcionamento, podendo expedir instruções que se tornem necessárias.*

*Belo Horizonte, 3 de janeiro de 1929,*

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrade (ARANTES, 1942, p.18)*

Para agilizar a instalação do ginásio, a Sociedade Progresso de Uberabinha resolveu, de comum acordo, doar o prédio ao Estado, sem qualquer ônus. Desse modo, no final do ano de 1929, a cidade de Uberabinha, que já havia mudado seu nome para Uberlândia, assistiu à mudança de designação do Ginásio Mineiro de Uberabinha que passou então a chamar-se Ginásio Mineiro de Uberlândia.

O primeiro reitor desse estabelecimento de ensino, após sua estadualização, foi o Dr. Mario de Magalhães Porto que exercia, naquela época, o cargo de promotor de justiça da cidade. Além de atuar como reitor, o Dr. Mario Porto, como era conhecido na cidade, também foi catedrático de História (MENDES, 2000, p. 64).

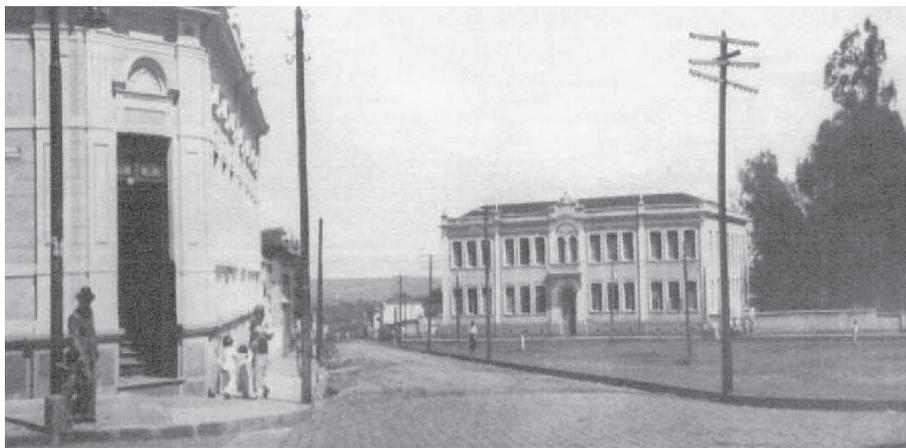


Figura 2 – Vista da fachada e do entorno da nova sede do agora (1929).  
Ginásio Mineiro de Uberlândia (Acervo CDHIS/UFU)

O Ginásio Mineiro de Uberlândia deu continuidade ao funcionamento da instituição nas modalidades de internato, semi-internato e externato, com o aumento de seu prestígio devido à transformação em instituição de ensino público, pois continuou a receber filhos das famílias de renome da cidade na época, tais como os Teixeira, Gifoni, Carneiro, Pereira, Camim Pacheco dentre outros.

Em artigo publicado pela Associação dos Estudantes Secundários de Uberlândia – A.E.S.U., a mesma Associação fazia uma referência à cidade, citando-a como centro de irradiação educacional, utilizando-se das palavras de um pedagogo de Belo Horizonte, após este examinar alguns alunos que tiraram os seus diplomas de bacharéis em ciências e letras nesse estabelecimento de ensino. Cosme Lúcio, Uberlândia, Centro de Irradiação Educacional, A.E.S.U. (Associação dos Estudantes Secundários de Uberlândia), 07/06/1934, exemplar 002, p.4. No período compreendido entre os anos de 1929 e 1950, é notável o número crescente de alunos que procurou a escola para realizar seus estudos secundários.

Ao lado desse crescimento quantitativo, pode-se afirmar que houve a consolidação de uma imagem positiva da escola, no que diz respeito à sua qualidade, pois, por meio sobretudo da divulgação efetivada por seus egressos, muitos alunos de fora passaram a procurá-la para efetivarem seus estudos.

De modo geral, os egressos e ex-professores, afirmam que a escola sempre se preocupou com a formação de um cidadão com noções de respeito, de disciplina, mas, principalmente preocupada em transmitir uma cultura, um saber, uma vez que “um homem sem cultura seria um homem sem alma” e, por esse motivo, a escola contribuiu sobremaneira para que seus egressos se tornassem políticos, médicos, artistas e empresários reconhecidos e consolidados em suas profissões.

### Outras iniciativas educacionais

O Colégio Amor às Letras foi fundado em 1918, pelo professor Jerônimo Arantes e manteve-se em funcionamento até 1933. O Externato Violeta fundado no mesmo ano funcionou até 1921 e foi dirigido pela professora Violeta Guimarães. Foi fundado em 1919 o Instituto Fundamental, sob a direção da Professora Margarida de Oliveira Guimarães. O Colégio Nossa Senhora da Conceição foi fundado em 1920, pela professora Alice Paes e manteve-se em funcionamento até 1927.

Em 1924, foram instalados o Colégio Santa Rita de Cássia de propriedade da professora Clélia Alvim, que funcionou até 1927, o Externato Spenser da professora Iolanda Paes e a Escola Normal que era um anexo do Ginásio de Uberabinha, de propriedade do professor Antonio Luiz da Silveira. Ainda em 1924, foi criada a Associação Brasil Central de Educação e Cultura, mais conhecida como ABRACEC, que se manteve em funcionamento até 1989.

O Liceu de Uberlândia foi fundado pelos professores Dr. Mário de Magalhães Porto e pelo Sr. Antonio Vieira Gonçalves, em 15 de janeiro de 1928, em regime de internato e externato. Em 1929, o Ginásio de Uberabinha foi estadualizado, por meio do Decreto nº 8958, de 03 de janeiro de 1929, tendo seu prédio sido doado ao Estado sem nenhum ônus, com a denominação de Ginásio Mineiro de Uberabinha.

Anexo ao Liceu de Uberlândia foi criada e instalada a Academia de Comércio de Uberlândia, em 1931, sob a direção do Dr. Nelson Porto. O Externato Santa Luzia e o Grupo Escolar Minas Gerais foram instalados em 1932. O Grupo Escolar foi criado pelo Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e mais tarde passou a denominar-se Dr. Duarte, em homenagem ao primeiro magistrado da comarca o Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa.

Em 11 de fevereiro de 1932, o Colégio Nossa Senhora das Lágrimas foi solenemente inaugurado. O interesse em fundar um colégio de caráter religioso era justamente por causa da concepção de espírito religioso que existia entre moradores da cidade. Assim, por insistência do Bispo Frei Luiz Maria de Santana, as missionárias de Jesus Crucificado, com ordem sediada em

Campinas, vieram para Uberlândia para instalar nessa cidade um colégio de ensino religioso. As aulas do colégio iniciaram-se em 15 de fevereiro de 1932 com cinquenta alunos iniciantes distribuídos em três categorias: curso primário, de adaptação e jardim de infância.

Em 1933, foi instalado o externato Espírito Santo, que era dirigido pela professora Judí Vasconcelos. Surgiram ainda, no ano de 1934, o externato Rio Branco da Professora Odete de Oliveira Marquez; o Externato Nossa Senhora Aparecida, dirigido pela Professora Julieta Rezende; o Externato Senhora do Carmo, da Professora Corália Sales. Em 1935, foi criado o Externato São Sebastião da Professora Ana Cunha da Silva.

A Professora Raulina Cota Pacheco instalou, em 1936, a Escola Uberlândia e, até o ano de 1939, foram instalados os seguintes externatos: Externato Nossa Senhora de Lourdes, dirigido pela Professora Geny Pires; o Externato Sete de Setembro do Prof. Eliazar Avelino Braga; o Externato Santa Maria da Professora Alayde Braga; o Externato Brasil do Prof. Claudemiro Terra; o Externato Santa Clara da Professora Ada Castanheira; o Externato Santa Inês da Professora Mabel Pena.

Em 15 de novembro de 1942, foi instalado, anexo ao Liceu, o Ginásio Osvaldo Cruz, que era dirigido pelos professores Dr. Luiz da Rocha e Silva, Dr. Duarte Pimentel de Ilhó e Henckmar Borges. Nesse breve histórico sobre as instituições escolares é possível visualizar o processo de implantação das escolas na cidade de Uberlândia. Além disso, o quadro escolar demonstra o predomínio do ensino privado não só nesta cidade, mas também em outras da região do Triângulo Mineiro, pelo menos até a década de 1940, demonstrando o descaso do Estado em relação a assuntos que dizem respeito à educação nessa região.

### Considerações

Nesse breve histórico destas instituições escolares, é possível visualizar o processo de implantação das escolas na cidade de Uberlândia. Além disso, o quadro escolar demonstra o predomínio do ensino privado, o que se repete em outras cidades da região do Triângulo Mineiro, pelo menos até os anos quarenta, demonstrando a lentidão com que o Estado direcionou suas iniciativas escolares republicanas na região.

Deste modo, o ensino por iniciativa da sociedade civil prevaleceu na região do Triângulo Mineiro até a década de 1940 o ensino particular, principalmente de caráter confessional, ressaltando assim a falta de interesse pelos assuntos educacionais por parte do Estado. Nos dados apresentados a seguir é possível visualizar a expansão de escolas públicas e privadas na região da 39ª SRE (região de Uberaba) e da 40ª SRE (região de Uberlândia):

Tabela 1 – Quantitativo de escolas públicas e privadas fundadas na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (39ª e 40ª SRE), por décadas.

DÉCADAS	39ª SRE			40ª SRE			TOTAL GERAL		
	Públicas	Privadas	Total	Públicas	Privadas	Total	Públicas	Privadas	Total
1880	–	1	1	–	–	–	–	1	1
1890	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1900	–	1	1	1	–	1	1	1	2
1910	3	–	3	1	2	3	4	2	6
1920	2	1	3	2	3	5	4	4	8
1930	–	2	2	–	2	2	–	4	4
1940	16	–	16	3	1	4	19	1	20
1950	18	4	22	9	3	12	27	7	34
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>9</b>	<b>48</b>	<b>16</b>	<b>11</b>	<b>27</b>	<b>55</b>	<b>20</b>	<b>75</b>

Fonte: GATTI JR. e outros. História e Memória Educacional: gênese e consolidação do ensino escolar no Triângulo Mineiro. *Revista História da Educação*. ASPHE/FAE/UFPel. Pelotas/RS. (2): 5-28. Set. 1997.

Porém, deve-se ressaltar a preocupação por parte daqueles que faziam parte da elite cultural da cidade de Uberlândia, pois para eles o desenvolvimento da cidade estava diretamente ligado à instrução. Desse modo, o intuito de se investir em educação era justamente o de preparar jovens que, no futuro, pudessem ser responsáveis pelo desenvolvimento e progresso da cidade de Uberlândia.

A criação do “Gymnásio Mineiro de Uberabinha”, por exemplo, deve-se, entre outras razões, à preocupação das elites intelectuais locais com a expansão do ensino escolar na região, pois, diante do descaso que o Governo do Estado de Minas Gerais demonstrava em relação à cidade, o que incluía a inexistência de um estabelecimento de ensino público para esse nível de ensino até os anos trinta do Séc. XX, havia necessidade de empreender esforços particulares rumo à escolarização. A solução encontrada para esse problema foi à doação de prédios pela comunidade e incentivo às instituições particulares. Fato que ocorreu não só na cidade de Uberabinha, como também em outras cidades da região.

## Materiais históricos

### 1. Imprensa periódica

Jornal “A *Notícia*”. Órgão de publicação semanal. 13 de Outubro de 1918.

Jornal “O *Progresso*”, 10/08/1912. nº 251, p.01.

### 2. Impressos

Efemérides e Leis Memoráveis da História de Uberlândia (1810-1949) — Arquivo Público Municipal, p.18.

Cosme Lúcio, Uberlândia, Centro de Irradiação Educacional, A.E.S.U. (Associação dos Estudantes Secundário de Uberlândia), 07/06/ 1934, exemplar 002, p.4.

### 3. Bibliografia

ARANTES, Jerônimo (1942). *Efemérides e Leis Memoráveis de Uberlândia (1810-1940)*. Uberlândia, Editora da Pavan, 1942.

FARIA FILHO, Luciano (1997). A Escola no Movimento da Cidade: os grupos escolares em Belo Horizonte. *Educação em Revista*, Belo Horizonte. nº. 26. dez. p. 89-101.

\_\_\_\_\_. (2002). Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, A. e MACEDO, E. (orgs.) *Disciplinas e Integração Curricular*. História e Políticas. Rio de Janeiro, DP&A.

\_\_\_\_\_. (2003). Cultura e práticas escolares: ensino da escrita, escolarização do corpo e produção do aluno como sujeito escolar. [www.educacaoonline.pro.br](http://www.educacaoonline.pro.br). Acessado em 12 de novembro de 2003.

GATTI JR., Décio (2000). Reflexões Teóricas sobre a História das Instituições Educacionais. *Ícone Educação*. v. 6. no. 2. Jul./Dez. 2000. pp. 131-147.

\_\_\_\_\_. (2002a). A História das Instituições Educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In:

ARAUJO, J. C. e GATTI JR., D. (orgs.) *Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas/Uberlândia. Autores Associados/EDUFU. pp. 03-24.

\_\_\_\_\_. (2002b). A Situação da Pesquisa Histórica sobre as Instituições Educacionais Brasileiras. *Revista de Educação Pública*. v. 10, nº. 17. jan.-jun. 2001 (2002). pp. 133-40.

\_\_\_\_\_. (2002c). Reflexões teórico-metodológicas sobre a pesquisa histórico educacional no campo das instituições educacionais. In: FARIA FILHO, L. e outros (orgs.) *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte:FCH/FUMEC. pp. 527-31.

GATTI JR., Décio e outros (1995). Levantamento e Catalogação de Fontes Primárias e Secundárias para o Estudo da História da Educação Brasileira e do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília. 76 (182/183): 351-354. Jan./Ago.

\_\_\_\_\_. (1997). História e Memória Educacional: gênese e consolidação do ensino escolar no Triângulo Mineiro. *Revista História da Educação*. ASPHE/FAE/UFPEL. Pelotas/RS. (2): 5-28. Set. 1997.

\_\_\_\_\_. (1998). História e Memória Educacional: gênese e consolidação do ensino escolar no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. *Revista História da Educação*. ASPHE/FAE/UFPEL (3): 59-93. Mar. 1998.

GATTI JR., Décio e PESSANHA, Eurize Caldas (2005). História da Educação, Instituições e Cultura Escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: GATTI JR., Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas/SP: Autores Associados. Uberlândia/MG: Editora da Universidade Federal de Uberlândia. pp. 71-90.

GATTI, Giseli Cristina do Vale (2001) *História e Representações Sociais da Escola Estadual de Uberlândia (1929-1950)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia.

GATTI, Giseli Cristina do Vale e MENDES, Viviane Santana (1996). Reconstruindo a Memória Educacional Uberlandense: A Escola Estadual de Uberlândia. *Boletim CDHIS* (Centro de Documentação e Pesquisa em História), Uberlândia, 9(17): 4-5.

GOUBERT, Pierre (1992). História Local. *Revista História e Perspectivas*. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, nº 6, 1992, pp. 45-57.

MAGALHÃES, Justino (1996). *Contributo para a História das Instituições Educativas — entre a memória e o arquivo*. Braga-Portugal. Universidade do Minho. s/d. (mimeo.).

\_\_\_\_\_. (1998). Um Apontamento metodológico sobre a História das Instituições Educativas. In SOUZA, C., CATANI, D. (orgs.) *Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão docente*. II Congresso Luso-brasileiro de História da Educação. São Paulo, Escrituras, 1998.

\_\_\_\_\_. (1999). Contributo para a História das Instituições Educativas — entre a memória e o arquivo. In FERNANDES, R., MAGALHÃES, J. (organizadores). *Para a História do Ensino Liceal em Portugal*. Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Universidade do Minho, Braga.

\_\_\_\_\_. (2001). As cidades e a Educação em Portugal. *Educação*. v. 5. n. 9. São Leopoldo. Unisinos. pp. 29-37.

\_\_\_\_\_. (2005) A História das Instituições Educacionais em Perspectiva. In: GATTI JR., Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas/SP: Autores Associados. Uberlândia/MG: Editora da Universidade Federal de Uberlândia. pp. 91-103.

MATTOS, Selma Rinaldi de (2000) *O Brasil em Lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro:Access.

MENDES, Viviane Santana (2000). *História e Memória Educacional: a Escola Estadual de Uberlândia (1912-1929)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MUNICÍPIO DE UBERABINHA (1922). *História, Administração, Finanças, Economia. São Pedro de Uberabinha (Uberlândia)*. Oficinas Typographicas da Livraria Kosmos, 1922.

NUNES, Clarice (2000). O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. *Revista Brasileira de Educação*. Número Especial. Mai/Ago. 2000. p. 35-60.

PETTAT, André (1989). A escola e a produção da sociedade. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 14, (2):21-30, jul/dez.

\_\_\_\_\_. *Produção da Escola/Produção da Sociedade*. Trad. Eunice Gruman. Porto Alegre. Artes Médicas.

SILVA, Luiz Antonio Rocha e. História da Construção do Prédio do Colégio Estadual de Uberlândia (Museu) feita pela “Sociedade Para O Progresso de Uberabinha”. *Boletim do CDHIS*, Uberlândia, 12(25):10 a 13, 1999.

SOUZA, Rosa Fátima de (1998). *Templos de civilização: A implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

VEIGA, Cynthia Greive (1997). Projetos Urbanos e Projetos Escolares: aproximação na produção de representações de educação em fins do século XIX. *Educação em Revista*. Belo Horizonte. nº. 26. Dez. p. 103-14.

\_\_\_\_\_. (1998). A escolarização como projeto de civilização. *Revista Brasileira de Educação*. nº. 7. Jan.-Abr. p. 90-103.

VINÃO FRAGO, Antonio (1995). Historia de la Educación e Historia Cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*. nº. 00. Set/Out/Nov/Dez. pp. 63-82.

WIRTH, John D. *O fiel da balança — Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982.